

CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJU
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
CNPJ 15.469.117/0001-96

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Projeto de Lei Nº 015/004 - Poder Executivo


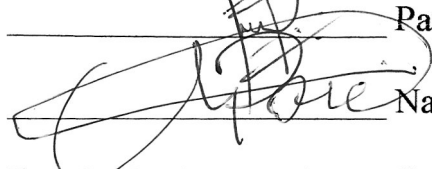
“Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 1.206/99, de 19/08/1999, e dá outras providências”.

PARECER DO RELATOR

Após estudo e análise do referido Projeto verificando que o Executivo Municipal, possa receber, administrativamente, bens imóveis em]Dação em pagamento, somos de PARECER FAVORÁVEL em sua ÍNTEGRA.


CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS
Relator

Pelas Conclusões do Relator:

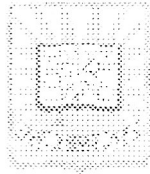
Paulo Pereira da Silva – Presidente

Natalicio Martins Paré – Membro

Resultado da votação na Comissão:

Favorável por unanimidade

Sala das Sessões, 02/06/2.004



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJU
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

CNPJ 15.469.117/0001-96

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 015/2004

-

Poder Executivo

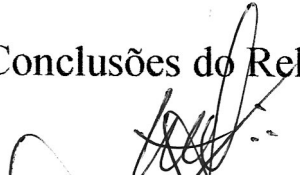
“Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 1.206/99, de 19/08/99, e dá outras providências”.

PARECER DO RELATOR

Após estudo e análise do referido projeto consideramos os mesmo CONTITUCIONAL e também de BOA REDAÇÃO, no que somos de PARECER FAVORÁVEL em sua ÍNTEGRA.


Antonio João Marçal de Souza
Relator

Pelas Conclusões do Relator:



Hélio Albarello – Presidente



Celso Luiz da Silva Vargas - MEMBRO

Resultado da votação na Comissão:

Favorável por unanimidade.

Sala das Sessões, 02/06/2.004.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

Ressaltamos que a Dação em Pagamento de bens móveis, obedecerá os mesmos critérios da Lei 1.206/99, ou seja: existência de créditos tributários em atraso e inscritos em dívida ativa, prévia avaliação do bem a ser entregue, bem como observar a necessidade e a conveniência da utilização dos bens no serviço público Municipal."

Diante disto, convictos do respaldo que os representantes desta Casa sempre nos deram e do espírito nobre que sempre norteou vossas decisões, esperamos a aprovação deste projeto, por todos os Edis que compõem esta.

Sendo só para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente



REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal

EXMO. SR.
Vereador WALKER DE CASTRO
MD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de
Maracaju - MS

PROJETO DE LEI Nº 015/2004.

"Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 1.206/99, de 19.08.99, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte lei:

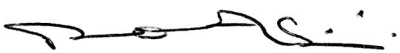
Artigo 1º Acrescenta ao artigo 1º o Parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O Executivo Municipal poderá receber, excepcionalmente, Dação em Pagamento bens móveis, obedecendo os mesmos requisitos constantes da Lei nº 1.206/99, de 19.08.1999."

Artigo 2º Os demais artigos da Lei nº 1.206/99, de 19.08.99, não abrangidos por esta, permanecem inalterados.

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracaju-MS, aos treze dias do mês de maio de 2004.


REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

LEI Nº 1.206/99, de 19 de agosto de 1999

Publicado no Atas do C. C. Municipal
Dec.: Lei: 1206/99
n.º 189
Em 19, 08, 99
Visto: Luizduc

"Dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para celebrar transação que importe em receber em dação em pagamento bens imóveis, para quitação de obrigações tributárias, e dá outras providências "

REINALDO AZAMBUJA SILVA, Prefeito Municipal de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

Artigo 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar transação com contribuinte da Fazenda Pública Municipal que importe em receber em dação em pagamento imóveis urbano ou rural, para quitação de obrigações tributárias, em atraso e inscrita dívida ativa, observado a conveniência da administração, mediante os seguintes critérios:

- I — existência de créditos tributários em atraso e inscritos em dívida ativa, de exercícios imediatamente anteriores ao da transação, ajuizado ou não;
- II — prévia avaliação do bem a ser entregue, por Comissão Especial de Avaliação;
- III — prova de inexistência de ônus ou protestos sobre o bem que se pretende entregar em dação em pagamento;
- IV — homologação pelo Prefeito Municipal do pedido de transação.

Artigo 2º Fica constituída uma Comissão Especial de Avaliação, composta por 03 (três) membros, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzida uma única vez, assim composta:

- a) 01 (um) representante do Executivo Municipal, sempre recaído a indicação sobre um Engenheiro Civil ou Arquiteto;
- b) 01 (um) representante da Câmara Municipal; e

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

c) 01 (um) representante dos Corretores de Imóveis.

Artigo 3º A Presidência da Comissão Especial de Avaliação sempre caberá ao Membro representante do Executivo Municipal.

Artigo 4º A nomeação dos Membros da Comissão Especial de Avaliação será através de Portaria do Executivo Municipal.

Artigo 5º O Executivo Municipal baixará Decreto de Regulamentação desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar data da publicação.

Artigo 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

Mensagem Executiva nº. 015/2004, de 10 de maio de 2004

Em RECEBEMOS
10/05/04
Câmara Mun. de Maracaju
CNPJ 15.469.117/0001-96

SICUTARIA
cópia

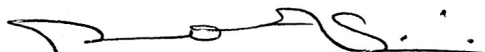
Sr. Presidente,
Srs. Vereadores,

Em cumprimento do disposto no Inciso II, § 2º do artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, estamos encaminhando a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 014/2004, de que trata das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício financeiro de 2005.

A referida Lei dá normas gerais para a elaboração dos Orçamentos da administração Direta, Fundos e Fundações Municipais, sendo que o Anexo I que integra o presente projeto estabelece as Obras e Serviços prioritários e aqueles de forma contínua exigidos na Administração Municipal

Nesta oportunidade, aproveitamos para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente



REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal

EXMO.SR.
Vereador WALKER DE CASTRO
MD. Presidente da Câmara Municipal de
Maracaju - MS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

PROJETO DE LEI Nº 014/2004.

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentarias para o ano de 2005, e dá outras providências "

O **Prefeito Municipal de Maracaju**, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul, para o Exercício Financeiro de 2005, compreendendo:

PRIORIDADES E METAS

- I — As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II — a estrutura e organização dos orçamentos;
- III — as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV — as diretrizes para o equilíbrio das receitas e das despesas;
- V — as normas de controle de custo, conservação do patrimônio público e de avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VI — as disposições relativa à dívida pública municipal;
- VII — as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos;



Reinaldo Azambuja Silva

Prefeito Municipal de Maracaju

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

VIII— as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município; e

IX — as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Artigo 2º As diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município de Maracaju, relativo ao exercício financeiro de 2005, são as determinadas neste capítulo.


Parágrafo único. A execução orçamentária deverá se pautar pela responsabilidade na gestão fiscal, por meio de ação planejada e transparente, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar, esta última, regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

Artigo 3º A receita e a despesa serão orçadas a preço de junho de 2004, observando o disposto no Artigo 30 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no Artigo 12 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo um teto máximo de acréscimo para a receita em até 30% (trinta por cento) da receita no exercício financeiro de 2004.

§ 1º - Deverá constar da previsão de arrecadação todos os tributos da competência institucional do Município.

§ 2º- As previsões de receitas deverão ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos exercícios financeiros de 2001, 2002 e 2003 e da projeção para o exercício corrente, bem como os de 2006 a 2007, por rubrica específica no seu menor nível, incluindo metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 3º- A reestimativa de receita por parte da Câmara Municipal só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

§ 4º- A fim de manter a meta fiscal da Lei, os recursos provenientes da receita corrente líquida do exercício financeiro de 2005, destinados ao pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores, deverão ser realizados pela renúncia, na mesma proporção, de empenhos de despesas correntes do exercício financeiro de 2005, sob pena de serem consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração destas despesas.

Artigo 4º Para o cálculo de receita corrente líquida, considerar-se-á o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, patrimoniais, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos:

- a) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social;
- b) as receitas provenientes da compensação financeira, citada no § 9º do art. 201 da Constituição, se houver;
- c) Receita em duplicidade;
- d) Outros, de acordo com as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, e/ou legislações federais pertinentes.


Artigo 5º As despesas obedecerão as dotações estabelecidas expressamente e especificadas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual/PPA.

§ 1º - A fixação das despesas para o Orçamento Anual do exercício de 2005, e Plano Plurianual/PPA, enquadrar-se-á, em especial, nas prioridades e metas essenciais do Município, determinadas no ANEXO I, que integra esta Lei.

§ 2º - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

§ 3º - Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, deverão constar da lei orçamentária anual.

§ 4º- Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, deverão constar relacionadas em anexo intitulado "Anexo de Obrigações" com especificação do credor


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

e valor atualizado a preço de junho de 2004, não sendo passíveis de remanejamento, quando da aprovação da Lei Orçamentária.

§ 5º - O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária anual e nas de crédito adicional, se houver.

§ 6º - Só poderão ser incluídos novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, devidamente elencada a fonte de receita que irá atendê-los.

Artigo 6º As despesas obrigatórias, de caráter continuado, cuja execução tenham prazo superior a 31 de dezembro de 2005, bem como as receitas que as atenderão, deverão ser relacionadas em anexo intitulado "Anexo de Despesas Continuadas", com especificação de sua natureza e valor atualizado a preço de junho de 2004, não sendo passíveis de remanejamento, quando da aprovação da Lei Orçamentária.

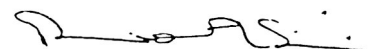
Artigo 7º A Reserva de Contingência deverá ser de, no mínimo, 2% da Receita Corrente Líquida - RCL, e atenderá, exclusivamente, os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias após a utilização da Reserva de Contingência, o Poder Executivo deverá protocolar na Câmara Municipal o "Demonstrativo de Aplicação de Reserva de Contingência", bem como as devidas justificativas, em razão da utilização da Reserva de Contingência, sob pena de ser considerado não autorizada a geração de despesa.

Artigo 8º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprevista ou com dotação ilimitada.

Artigo 9º A Lei Orçamentária Anual, bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta ou indireta pela Administração Municipal, de projetos e atividades típicas da Administração Federal e Estadual, salvo se os recursos e as respectivas despesas forem oriundas de Termos de Cooperações Técnicas e Financeiras, convênios, ajustes e outros congêneres autorizados por Lei.

§ 1º- Até 30 (trinta) dias após a assinatura dos Termos mencionados neste artigo, o Poder Executivo deverá protocolar na Câmara Municipal cópia do mesmo, bem como as devidas justificativas das razões de ter-se firmado o Termo, sob pena de ser considerado não autorizada a geração de despesa dele decorrente.



Reinaldo Azambuja Silva

Prefeito Municipal de Maracaju 4

Prefeitura Municipal de Maracaju - Rua Appa, 120 - Centro (0xx67) 454-1320

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

Artigo 13 São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, atentando para o cumprimento das metas fiscais estabelecidas em Lei.

Artigo 14 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na Lei de responsabilidade fiscal, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira nas seguintes condições:

- I — Suspensão dos empenhos de investimentos cujos recursos sejam provenientes de recursos próprios;
- II — Suspensão dos empenhos de serviços terceirizados cujos recursos sejam provenientes de recursos próprios;
- III — Suspensão dos empenhos de material de uso e consumo na administração direta e indireta cujos recursos sejam provenientes de recursos próprios;
- IV — No caso do Poder Legislativo não promover, nos trinta dias subseqüentes, a limitação de empenhos nos termos deste artigo e seus incisos, fica o Poder Executivo autorizado a limitar as transferências de valores financeiros na mesma proporção do excesso.
- V — Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e do gasto com pessoal, 13º salário, férias e encargos.

§ 1º — A suspensão dos empenhos deve ser feita desde que não haja prejuízo e periculosidade à população, inclusive à saúde e à educação.

§ 2º — Após o término de cada bimestre, até o 12º dia útil, o Poder Legislativo deverá protocolar no Poder Executivo quadro sintético de empenhos emitidos para efeito de cálculo do disposto no inciso IV, deste artigo.


ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

Artigo 15 Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da Receita, fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos adicionais suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da receita do Município, acumulado no exercício, atendendo proporcionalmente e respeitando os percentuais legais aos respectivos poderes e ainda, abrir créditos adicionais suplementares mediante a utilização de recursos do cancelamento de dotações orçamentárias, até o limite determinado em lei.

CAPÍTULO III
DAS NORMAS DE CONTROLE DE CUSTO, CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Artigo 16 Até 31 de janeiro de 2005 os Poderes do Município instituirão para si e para seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações Instituídas ou mantidas pelo Poder Público, normas relativas ao controle de custos, com os seguintes critérios:

- I — designação descentralizada do responsável pela requisição das despesas de material de consumo;
- II — designação descentralizada de, no mínimo, dois responsáveis pelo recebimento de material de consumo, não podendo ser os mesmos responsáveis pela requisição das despesas;
- III — requisição, com definição do bem, sem indicação de marca, das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação, bem como breve justificativa de sua necessidade; que integrará o processo Licitatório, atendendo o mesmo padrão de qualidade dos bens ou serviços solicitados;
- IV — definição de critérios de padronização de compras que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

incluídas as Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, com respectivos salários, inclusive por meio de serviços terceirizados, seja mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, concursados ou não, destacando ainda cargos instituídos e não preenchidos.

Artigo 21 Fica autorizado a alocação, na Lei Orçamentária Anual, de despesas com pessoal e encargos sociais, em consonância com as diretrizes de reforma administrativa, conforme dispuser Lei específica e que atenda o disposto na Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000.

Artigo 22 As despesas com pessoal não poderão ultrapassar em 6% da receita corrente líquida – RCL, para o Poder Legislativo Municipal, e em 54% para o Poder Executivo Municipal, incluso o contingente dotado em seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, inclusive serviços terceirizados que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, aplicando o disposto na Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Obedecido o limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 e atendidas as disposições nela contidas e desde que haja prévia dotação orçamentária para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, fica o Poder Executivo, nos termos das legislações próprias, autorizado a estabelecer a concessão de vantagem ou aumento de remuneração e criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira e organizacional, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, e ainda a realização de concursos públicos.

Artigo 23 As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, poderão ser realizadas somente em caráter excepcional quando não se dispuser de referências para efetivação do desdobramento das despesas.

Artigo 24 A transferência ou manutenção de recursos financeiros do Município às entidades privadas sem fins lucrativos e para pessoas físicas serão inclusivos na Lei Orçamentária Anual, e somente serão efetuadas após devidamente atendidas as exigências legais.

§ 1º - É vedado a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- I — sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, ou órgão equivalente;
- II — sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III — atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, ou
- IV — sejam vinculados a missão diplomática ou repartição consular brasileira no exterior e tenham por objetivo a divulgação da cultura brasileira e do idioma português falado no Brasil.

§ 2º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos 2 (dois) anos, emitida no exercício de 2003 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua Diretoria e Relatório de Gestão Econômico Fiscal e Inscrição no respectivo Conselho Municipal.

§ 3º - É vedada ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 4º - É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios ou cooperações técnicas e financeiras" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I — de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais de ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, ou ainda voltadas para atendimento do ensino superior;
- II — cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

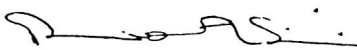
- III — voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pela Santa Casa de Misericórdia, ou outra instituição congênere;
- IV — consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e participem da execução de programas nacionais de saúde; ou
- V — qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 5º – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

- I — publicação pelo Poder Executivo, através de Decreto, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- II — destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;
- III — identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 6º – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, além das exigências legais para concessão de subvenções ou auxílios, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 7º – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, deverão protocolar na Câmara Municipal, no mesmo prazo estabelecido nos convênios, cópia da prestação de contas fornecido ao Poder


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

concedente, sob pena de retenção de novos repasses até ser devidamente protocolado.

§ 8º - O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, doações, transferências e subvenções a pessoas físicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo, moradia, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 9º - Para consecução do proposto no parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas, ou físicas, interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 10 - Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, ajudas para tratamento de saúde, e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão estar em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, do Diagnóstico Social do Município, estarem previstos na Lei Orçamentária ou em Créditos Adicionais, e em normas complementares, cujas normas fica o Executivo Municipal autorizado a baixa-las por Decreto.

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL


Artigo 25 A inclusão de operações de Créditos no Orçamento Anual, somente será consignada até o valor autorizado em legislação específica, bem como das despesas oriundas desses recursos.

Parágrafo único. As operações de crédito no exercício financeiro de 2005 não poderá ser superior aos das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

SEÇÃO III
DAS REVISÕES TRIBUTÁRIAS

Artigo 26 O Poder Executivo fica autorizado, a fim de assegurar a programação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente a:

- I — revisão da legislação, cadastramento e recadastramento imobiliário, devidamente


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

acompanhados por uma equipe composta e determinada pelo Executivo Municipal;

- II — recadastramento do contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;
- III — revisão da legislação imobiliária para cobrança do ITBI, conforme previsto na Lei Orgânica do Município – LOM;
- IV— controle da Circulação de Mercadorias, produzidas e comercializadas no Município, para efeito da apuração do índice de participação no ICMS;
- V — recuperação dos investimentos, através da cobrança da Contribuição de Melhoria, determinada em Lei.;
- VI — cobrança, através das Taxas de Serviços Prestados ou exercício do Poder de Polícia, de custos atualizados, em acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades, vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústrias em geral e outras que julgar conveniente financeiramente.

§ 1º - O Município deverá adotar medidas que combata a sonegação e a evasão fiscal;

§ 2º – O Poder Executivo fica autorizado, a fim de assegurar a programação de recursos, a implantar a Modernização da Administração Fiscal, compreendendo sistema integrado de administração tributária, nos termos preconizados pelo Programa Nacional de apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros – coordenado pelo Ministério da Fazenda - objetivando especialmente o atendimento ao cidadão e benefício real à sociedade, de assegurar o ingresso das receitas devidas ao Município para a otimização do gasto público com transparência e justiça fiscal, de administrar a arrecadação de tributos municipais e outras receitas transferidas, visando a redução de evasão de recursos.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICÍPIO DE MARACAJU

§ 3º - O Poder Executivo fica autorizado, a fim de assegurar a programação de recursos, a conceder isenções fiscais e/ou reduzir alíquotas fiscais de tributos municipais, em consonância com as legislações municipais específicas e Lei Orgânica do Município.

Artigo 27 O Poder Executivo, no decorrer da execução orçamentária, fica autorizado a incorporar no orçamento, as alterações decorrentes da Legislação Tributária aprovada por Lei específica.

Artigo 28 O Poder Executivo, não poderá realizar obras públicas que acarrete em valorização do imóvel do contribuinte como o asfalto, sem o conseqüente lançamento da contribuição de melhoria, salvo os casos de isenções, anistias, dispensas e renúncia de receitas, autorizadas por legislação própria.

SEÇÃO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo 29 O orçamento da Seguridade Social abrangerá todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta ou Indireta, bem como dos Fundos e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, e através de recursos específicos destinados à própria seguridade.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS E DAS ADMINISTRAÇÕES INDIRETAS

Artigo 30 As receitas próprias dos Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações Instituídas ou mantidas pelo Poder Público, a fim de cumprir as prioridades e metas estabelecidas no anexo I, constante do artigo 5º, § 1º desta Lei, deverão atender, no que couber, ao disposto nos artigos 20, 21, 22 e 23 desta Lei.

Parágrafo único. As peças orçamentárias dos Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações Instituídas ou mantidas pelo Poder Público deverão integrar a Lei Orçamentária do Exercício de 2005.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 31 Para efeito do disposto no Artigo 229 da Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração das propostas orçamentárias da Câmara Municipal:


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- I — a fim de cumprir as Prioridades e Metas do Anexo I do § 1º, do artigo 5º desta Lei, a Câmara Municipal obedecerá, no que couber, o disposto nos artigos 20, 21, 22 e 23 desta Lei;
- II — as despesas com custeio, inclusive com pessoal e encargos sociais, obedecerão o disposto nos artigos 3º e 22 desta Lei, e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;
- III — As despesas de capital observarão o disposto no artigo 5º desta Lei, e respeitarão as disponibilidades de recursos para esse tipo de despesa;

Parágrafo único. Obedecido o limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 e atendido as disposições nela contidas e desde que haja prévia dotação orçamentária para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, fica o Poder Legislativo, nos termos das legislações próprias, autorizado a estabelecer a concessão de vantagem ou aumento de remuneração e criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira e organizacional, bem como a admissão de pessoal a qualquer título.

Artigo 32 Para efeito do disposto no artigo 229 da Lei Orgânica Municipal, fica fixado o limite de 8% (oito por cento) do somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153, 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de 2003, conforme determina o art. 2º da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os repasses dos recursos ao legislativo municipal ocorrerão até o dia 20 (vinte) de cada mês, tendo por base a arrecadação do mês anterior, seguindo os cálculos constantes deste artigo.

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Artigo 33 Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

discriminação da despesa será feita por categoria de programação (projeto/atividade) indicando-se pelo menos, para cada uma, no seu menor nível:

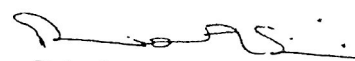
- I — o orçamento a que pertence;
- II — categoria econômica;
- III — grupo de natureza da despesa;
- IV — elemento de despesa, obedecendo a seguinte classificação:

1. DESPESAS CORRENTES:

- 1.1.1 Pessoal e Encargos Sociais – atendimento de despesas com pessoal, obrigações patrimoniais, transferências a pessoas e PASEP, e outras decorrentes;
- 1.1.2 Juros e Encargos da Dívida – cobertura de despesas com encargos da Dívida Interna e Externa;
- 1.1.3 Outras Despesas Correntes – atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos itens anteriores.

2. DESPESAS DE CAPITAL

- 2.1.1 Investimentos – recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente e investimentos em regime de execução especial;
- 2.1.2 Amortização da dívida – atendimento das demais despesas de capital não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores;
- 2.1.3 Outras Despesas Capital – atendimento das demais despesas de capital não especificadas nos itens anteriores, inclusive inversões financeiras



Reinaldo Azambuja Silva

Prefeito Municipal de Maracaju

Prefeitura Municipal de Maracaju – Rua Appa, 120 – Centro (0xx67) 454-1320

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

Artigo 34 A Lei Orçamentária Anual, incluirá, dentre outros, os demonstrativos:

- I — das receitas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, que obedecerão ao previsto no artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.
- II — da natureza da despesa para cada órgão, obedecendo à classificação estabelecida no artigo 33, inciso III, desta Lei, de forma semelhante à prevista no anexo 2, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.
- III — dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, obedecendo o disposto no artigo 177 da Lei Orgânica do Município, observados os critérios estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.96, e Leis Federais nºs 9.394, de 20.12.96 e 9.424, de 24.12.96;
- IV — por projetos ou atividades, os quais serão integrados por títulos.
- V — dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento das ações e gastos em saúde, obedecendo os dispostos nos artigos 160 ao 169 da Lei Orgânica do Município e artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29.

Artigo 35 As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentárias por programa de trabalho, consolidando as funções, sub-funções, programas, projetos e/ou atividades, conforme o vínculo de recursos e, finalmente, por órgãos e funções, em obediência às normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Artigo 36 Os projetos de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificação serão apresentados com a forma e detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se, no que couber, às demais disposições estabelecidas pela Legislação Complementar Federal.



Reinaldo Azambuja Silva

Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

Artigo 37 O Órgão Central encarregado do Planejamento Municipal, comandará o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária e das alterações orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor de outras unidades orçamentárias, objetivando a aplicação em áreas prioritárias de maiores concentrações e de necessidade de serviços públicos.

Artigo 38 Os créditos adicionais suplementares, autorizados na Lei Orçamentárias Anual e abertos por Decretos do Poder Executivo, obedecerão a legislação e os limites estabelecidos na Lei Orçamentaria do Exercício Financeiro de 2005.

CAPÍTULO VIII
DAS DIRETRIZES DO PLANO PLURIANUAL/PPA

Artigo 39 Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar os ajustes no Plano Plurianual/PPA, decorrentes da aprovação dos orçamentos anuais e respectivos créditos adicionais abertos no Orçamento.

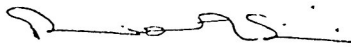
Artigo 40 Na programação de investimentos serão observadas as disposições contidas no artigo 5º desta Lei.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 41 A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição Federal.

Artigo 42 Para efeito no disposto no Artigo 16 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, são considerados despesas irrelevantes:

- I — Materiais de uso e consumo para o setor administrativo e destinados a executar ações de saúde, assistência social, educação e outros da administração direta e indireta até o valor do limite estabelecido no inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93;
- II — Serviços de consultorias, auditorias e outros técnicos na administração direta, por Secretaria e na administração indireta, incluindo as fundações,


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

até o limite estabelecido no inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso I do mesmo artigo e lei, quando envolver serviços de engenharia;

III — Os limites determinados nos incisos I e II deste artigo serão cumulativos dos últimos 30 (trinta) dias, ou quando da necessidade do material e/ou serviço, desde que não de forma continuada.

Artigo 43 As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

§ 1º — Os documentos a que se refere o “caput” deste artigo, constará de cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual/PPA, da Lei Orçamentária para o Exercício de 2004, das prestações de contas e respectivo parecer prévio, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório da Gestão Fiscal;

§ 2º — relação de todas as compras feitas pelo Poder Executivo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações Instituídas ou mantidas pelo Poder Público, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação;

§ 3º — outros relatórios que possam evidenciar a transparência da gestão fiscal;

§ 4º - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório da Gestão Fiscal e Prestação de Contas deverão se adequar conforme o disposto nos artigos 52 a 58 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 44 O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesa, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Artigo 45 Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos do Poder Executivo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, submeterão os processos referente ao pagamento de precatórios à



Reinaldo Azambuja Silva

Prefeitura Municipal de Maracaju – Rua Appa, 120 – Centro (0xx67) 454-~~Prefeito~~ **Prefeito Municipal de Maracaju**

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

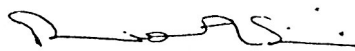
apreciação da Advocacia Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observada as normas e orientações a serem baixadas pelo Poder Executivo.

Artigo 46 Se o Projeto de Lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2004, a programação dele constante poderá ser executada até 01 de março de 2005, para o atendimento das seguintes despesas, regulamentada por Decreto do Poder Executivo:

- I — pessoal e encargos sociais;
- II — pagamento de serviço da dívida;
- III — despesas correntes ou de capital vinculadas especialmente a convênios com a União e Estado;
- IV — despesas vinculadas aos recursos do FUNDEF e SUS;
- V — despesas de serviços públicos essenciais de coleta de lixo domiciliar, limpeza pública e outros, que possam causar prejuízos à população;
- VI — outras despesas de caráter emergencial, devidamente justificadas por ato do Poder Executivo.

Artigo 47 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracaju-MS, aos 10 dias do mês de maio de 2004.



REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

ANEXO I

INTEGRANTE DO PROJETO DE LEI Nº 014/2004

(ARTIGO 5º - § 1º)

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

I LEGISLATIVA

- a) Dar continuidade e aperfeiçoar o processo Legislativo no tocante ao atendimento das matérias de sua competência.
- b) Dar consistência nos métodos de fiscalização orçamentária e financeira do Município.
- c) A fim de realizar melhor os trabalhos inerentes ao Poder Legislativo e prestar melhor atendimento aos vereadores, adquirir veículos, móveis e utensílios, máquinas e aparelhos, computadores e demais equipamentos necessários.
- d) Reformar e ampliar o prédio usado pelo Poder Legislativo.
- e) Incentivar e promover o treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos

II JUDICIÁRIA

- a) Cumprimento dos precatórios Judiciais.
- b) Representação do Município junto às diversas esferas do Judiciário (Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Comum), com utilização de pessoal próprio ou contratação de terceiros.
- c) Assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo na elaboração de projetos de leis a serem submetidos ao Legislativo.
- d) Assessoramento quanto à aplicação das Leis (Constituições Federal e do Estado e Lei Orgânica do Município) e demais atos e Leis do Poder Público.



Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

III ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA


- a) Consolidar o processo de implantação e aprimoramento do Regime Jurídico Único.
- b) Dar continuidade no sistema de promoção e valorização do servidor público municipal.
- c) Incentivar o treinamento de recursos humanos.
- d) Efetuar aperfeiçoamento nos sistemas administrativos, planejamento, orçamentação, prestações de contas, e controle interno da Prefeitura, seus órgãos, fundos e entidades da administração indireta, utilizando pessoal próprio e técnico especializado de terceiros contratados.
- e) Promover e coordenar a divulgação e publicação dos atos públicos municipais.
- f) A fim de promover e prestar atendimento aos serviços públicos adequados, efetuar a aquisição de veículos, móveis e utensílios, máquinas e aparelhos, computadores e demais equipamentos aperfeiçoados para a administração.
- g) No setor fazendário, com a finalidade de dar maior consistência nos serviços administrativos, também adquirir máquinas de escrever e somar de boas qualidades, de preferência eletrônicas, computadores e equipamentos respectivos e contratação de terceiros sob a forma de assessoramento e incrementação.
- h) Incentivar a arrecadação de tributos e rendas municipais mediante promoções e competições, construções e/ou ampliações e manutenção de postos fiscais, e adquirindo veículos motorizados e equipamentos para tal finalidade e promover a cobrança dos tributos em atrasos.
- i) Efetuar o controle rígido da dívida fundada interna, inclusive da flutuante e cumprir com os encargos financeiros dentro dos prazos estipulados.
- j) Atender os serviços da Junta do Serviço Militar.
- k) Prestar o atendimento necessário relativo às contribuições sociais sobre pessoal, serviços e obras.
- l) Efetuar o registro, controle, manutenção e guarda dos bens municipais.
- m) Promover a desapropriação de bens imóveis, quando necessário, destinados a execução de obras e serviços públicos na forma da lei.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- n) Enfim, coordenar e assessorar todas as atividades e ações que lhe pertence, assegurando com firmeza os encargos devidos pela administração e fazenda e de outros decorrentes dos Orçamentos, dando tranquilidade no desempenho dos serviços em geral.
- o) Implantação de Disk Denúncia para que a população possa fazer suas reclamações e reivindicações sobre irregularidades no serviço público.

IV AGRICULTURA, PECUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

- a) Desenvolver atividades e projetos de produção agropecuária.
- b) Dar continuidade e maior avanço aos projetos e atividades com pesquisas, extensão e assistência ao produtor rural, de preferência através de convênios firmados com o IAGRO, EMPAER, FUNDAÇÃO/MS, EMBRAPA, UEMS, UFMS e outros decorrentes.
- c) Dar continuidade e maior avanço às atividades e projetos ligados ao abastecimento com formação de hortas, pomares, feiras livres, matadouros e construção e instalação de obras e/ou execução de serviços para esta finalidade, sendo estes comunitários ou na Escola Agrícola.
- d) Aquisição de bens de consumo para revenda e troca (sementes, mudas, fertilizantes, defensivos e outros produtos agrícolas) ao pequeno produtor rural, inclusive promover a armazenagem.
- e) Aquisição de equipamentos e materiais agrícolas novos ou já em utilização, para atendimento ao mini e pequeno produtor rural e às instituições de pesquisa pública ou privada, para o atendimento ao desenvolvimento tecnológico ou na conservação do solo, meio ambiente e prestação de serviços nas demais atividades correlatas.
- f) Prestar o atendimento relativo a titulação definitiva do assentamento fundiário, como a aquisição de áreas para implantação de Agrovilas.
- g) Executar obras de drenagens e irrigação na zona rural em propriedades de mini e pequeno produtor rural e em áreas da Escola Agrícola ou nos projetos de Agrovilas.
- h) Adquirir frota de máquinas e veículos para mecanização agrícola, inclusive sua manutenção, destinada a uso para mini e pequeno produtor rural, servindo


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

também as instituições de pesquisa pública ou privada e aos projetos de Agrovilas.

- i) Efetuar campanhas de defesas vegetal e animal e seus desenvolvimentos, melhorando as raças de animais, construindo galinheiros, pocilgas, estábulos e outros da atividade, em propriedades de mini e pequeno produtor rural e na Escola Agrícola.
- j) Incentivar a agricultura, piscicultura com construção de tanques e laboratórios para alevinos, nas propriedades de mini e pequeno produtor rural e na Escola Agrícola.
- k) Proteção ao meio ambiente, mediante a aquisição de aparelhos topográficos e frota mecanizada própria para execução de curvas de níveis e bacias para captação de águas e outras decorrentes, ainda a recuperação de terras alagadas, sujeitas a inundações.
- l) Proteção ao meio ambiente mediante construção de usinas recicladoras de lixo urbano e rural (agrotóxicos), procedendo coleta, armazenagem, reciclagem e destino final das embalagens de agrotóxicos.
- m) Criação de uma Bolsa de Arrendamento de Terras ou Parcerias.
- n) Aquisição de áreas rurais para implantação de Projetos Agropecuários, Agrovila e Agro-indústria.
- o) Aluguel e construção de barracões para implantação de condomínios através de Projetos de Incubadoras.
- p) Enfim, dar maior atendimento e consistência ao produtor rural, gerando novos empregos e impostos ao Município.
- q) Implantação de micro bacia hidrográfica do Córrego Montalvão.
- r) Ampliação da horta de ervas medicinais na Escola Agrícola Municipal Laurindo Stragliotto e implantação de mais hortas junto a Sociedade Beneficente de Maracaju e Bairros.
- s) Implantação de estrutura de beneficiamento de ervas medicinais, visando a produção de remédios para uso na saúde pública.
- t) Apoio ao viveiro na Escola Agrícola Municipal Laurindo Stragliotto, visando a produção de mudas para arborização urbana e programas ambientais.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

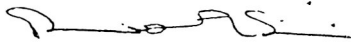
u) Incentivar o Associativismo e criação de Associação de produtores.

V COMUNICAÇÕES

- a) Ampliar a rede interna de telefonia no Município.
- b) Manter a rede de telefonia interna ligada à administração e serviços públicos.
- c) Manutenção e ampliação das antenas receptoras de emissoras de rádio e televisão em nosso Município.
- d) Viabilizar a implantação de torres de retransmissão, visando a implantação da telefonia celular móvel em nosso Município.
- e) Prestar serviços de interesse e utilidade pública mediante a divulgação na imprensa oficial, rádio local, jornais, televisões e outros meios de comunicação de interesse público e social.

VI EDUCAÇÃO E CULTURA

- a) Manter e desenvolver o ensino fundamental, atendendo a demanda escolar e respeito às legislações vigentes no tocante aos limites ali estabelecidos nas aplicações respectivas.
- b) Efetuar a aquisição de merenda escolar, dos ensinos fundamental, infantil e outros para incentivar a freqüência dos alunos, bem como promover parceria com uniforme e materiais didáticos.
- c) Desenvolver o treinamento de professores e pessoal administrativo a fim de melhorar o ensino em geral com seminários, cursos e palestras.
- d) Dar total continuidade e melhorar o sistema de transporte de alunos e professores dentro ou fora do Município, proporcionando-lhes assídua freqüência nas salas de aulas, sejam elas de quaisquer níveis escolares. Para tanto, adquirir novos veículos utilitários e ônibus ou melhorar os já existentes para fins de transporte cômodo e adequado.
- e) Melhorar a situação de comodidade do aluno e do professor nas dependências das unidades escolares, construindo, ampliando e reformando novas unidades ou as já existentes e colocando novos equipamentos e utensílios para atender o objetivo e meta, de preferência, a construção na Escola Agrícola Laurindo Stragliotto, de Alojamento e Anfiteatro, salas ambientes de Zootecnia e


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

DE MATO GROSSO DO SUL

DE MARACAJU

sala ambiente para curso de agricultura, sala ambiente para
rais, sala de atendimento de primeiros socorros, galpão de múltiplas
oratório de Alevinos e Viveiros de hortaliças e equipamentos, e
atizar as escolas.

ão e equipamentos de refeitório nas escolas, com isso educando os
oa maneira à mesa.

o de 03 (três) salas de aula na Escola João Pedro Fernandes e
mentos.

a da quadra da Escola João Pedro Fernandes.

ão e cobertura de quadra na Escola José P. da Rosa.

ão e cobertura de quadra na Escola Laurindo Stragliotto.

erta para concentração de alunos nas escolas: João Batista Lino
aurícia Pará Gomes; Waltrudes F. Muzzi; Julio Müller e Laurindo
)

io de Anfiteatro na Escola João Pedro Fernandes.

o de 02 (duas) novas salas de aula e equipamentos na Escola Julio
olo.


o da Escola José Pereira da Rosa, com mais 02 (duas) salas de aula
mentos.

o do Projeto Mirim, inclusive com implantação do referido projeto
; bairros do Município.

as escolas no padrão mínimo de oportunidades educacionais para a
infantil e ensino fundamental.

io de 03 (três) salas de aulas na Escola José Pereira da Rosa do

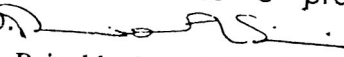
ampliação e manutenção das creches existentes no Município,
das pertencentes a instituições filantrópicas ou privada ou de
da União, Estados e Municípios, tendo prioridade a construção da
ro Egídio Ribeiro, Vilas Margarida, Adrien e Bairro Cambarai.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- g) Manter os encargos do pré-escolar e educação infantil.
- h) Atender aos encargos a qualquer título da educação especial.
- i) Promover a erradicação do analfabetismo, oferecendo educação para o jovem e adulto e oferecer transporte para locomoção.
- j) Dar total apoio ao Conselho Municipal de Educação, inclusive a sua manutenção, quando necessário.
- k) Criação de cursos profissionalizantes e diretamente ligados ao ensino de primeiro grau, onde se poderá obter mão de obra especializada para ser absorvida em nosso mercado de trabalho, firmando convênios se necessário for, principalmente com SENAI, SENAC, SENAR, UEMS e UFMS.
- l) Implantar e equipar os laboratórios de Ciências nas escolas municipais.
- m) Conceder bolsa de estudos, para qualquer nível escolar, inclusive portadores de necessidades especiais, após autorização do Conselho Municipal de Educação ou de autoridade do governo municipal e regulamentação específica.
- n) Promover e atender o transporte, manutenção e conservação de prédios escolares e ajuda de custos a professores e estudantes no tocante ao ensino superior e continuidade das obras do Centro Universitário e havendo disponibilidades de recursos o Município poderá atender os demais níveis além do Ensino Fundamental.
- o) Aquisição de uniformes de proteção para pessoal administrativo das escolas.
- p) Aquisição de um veículo para transporte de merenda escolar.
- q) Aquisição de área para construção do Centro Esportivo Municipal.
- r) Aquisição de Laboratório de Informática para as Escolas Municipais.
- s) Desenvolver as atividades do FUNDEF, na forma da Lei.
- t) Aquisição de 01 (um) veículo utilitário para a Secretaria de Educação.

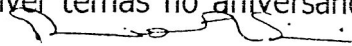
Enfim administrar, coordenar e atender todas as atividades e projetos pertinentes ao ensino em geral, inclusive sua fiscalização.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

VII NA ÁREA DE ESPORTE E CULTURA

- a) Promover, coordenar e atender todas as atividades e projetos ligados ao esporte e cultura, oferecendo prêmios para o desenvolvimento das competições respectivas, podendo, ainda oferecer ajuda de custo às entidades, Associações Esportivas Municipais e até mesmo a esportistas individualmente, desde que eles contribuam para o esporte e cultura em favor da comunidade em geral.
- b) Manter, atualizar e informatizar as bibliotecas públicas municipais e manutenção de bibliotecas nas escolas públicas e equipamentos e acervos respectivos, e
- c) Construir ou ampliar as unidades esportivas oferecendo garantias ao público e aos esportistas, tais como:
- Ginásios de esportes
 - Campos de futebol
 - Campos de bocha
 - Quadras polivalentes
 - Campos de futebol, quadras polivalentes, módulos desportivos em geral, mesmo aqueles pertencentes de fundações, clubes, ou associações localizadas dentro do Município.
 - Construção do complexo poliesportivo, com piscinas, parque aquático, pista de kart, ginásio coberto e outras dependências adequadas.
 - Aquisição de micro ônibus para atendimento aos alunos.
 - Telão para aparelhos de TV e Vídeo, Filmadora e Máquina Fotográfica.
 - Aparelho de CD.
 - Recursos para aquisição de palco, iluminação, decoração, som, bandas e cachê para concursos.
 - Recursos para escolas e entidades, para desenvolver temas no aniversário da cidade.
 - Recursos para aquisição de medalhas e troféus.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracaju

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- Recursos para desenvolver gincanas e concursos.
 - Recursos financeiros para aquisição de livros para o acervo da biblioteca pública e biblioteca itinerante.
 - Reforma e restauração do Museu de Ciência e Tecnologia de Maracaju.
- d) Adquirir equipamentos, veículos, aparelhos e materiais para a prática do esporte em geral, inclusive os destinados a educação física, hipismo e Clube de Laço, Judô, Natação, Capoeira e Música, tendo como prioridade a recuperação e manutenção dos já existentes no Ginásio de esportes Newton Lemes Marcondes.
- e) Melhorar a cultura da população mediante captação de imagens de TV, sintonias de rádios ou outros sistemas de cultura e comunicações.
- f) Enfim, promover apoio necessário ao desenvolvimento do esporte amador e profissional.
- g) Defender e zelar o patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Município.
- h) Difundir a cultura em geral, a todas as camadas da população.
- i) Recursos para desenvolver, feiras, festividades de desfiles escolar, festivais, folclore e palestras.
- j) Bolsas para os alunos (atletas) que se destacam no esporte.
- k) Colocar iluminação nos Campos de Futebol comunitários.
- l) Construção de um palco na Praça Nestor Muzzi para realização de eventos culturais, religiosos e outros.
- m) Aquisição de micro ônibus para transportar atletas do Município.

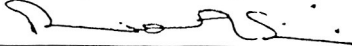
VIII HABITAÇÃO E URBANISMO

- a) Executar os serviços de limpeza pública e coleta de lixo dentro do perímetro urbano, inclusive adjacências, onde possível.
- b) Manter e ampliar o serviço de iluminação pública e extensão de sua rede.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- c) Construir, ampliar, remodelar e manter praças, parques e jardins, logradouros públicos e revitalização urbanística .
- d) Zelar pelos serviços de cemitérios, inclusive ampliando-os quando necessário, efetuando calçamentos, proceder o cadastramento e organização dos túmulos, facilitando suas localizações e prestação de serviços funerários.
- e) Execução de obras de recapeamento asfáltico, meio-fio, calçadas e galerias pluviais nas vias e logradouros públicos, com prioridade para o Bairro Paraguai e Vila Margarida.
- f) Execução de obras e equipamentos para destino final do lixo coletado, envolvendo trabalhos de aterros, usinas de incineração e de tratamento.
- g) Execução de obras e aquisição de equipamentos para a infra-estrutura urbana, inclusive sua manutenção.
- h) Execução de pavimentação asfáltica nas vias e logradouros públicos urbanos no Distrito de Vista Alegre
- i) Desenvolver e remodelar os Centros urbanos, com obras de calçadões, jardinagem e outros equivalentes, de preferência as vias públicas no Centro da cidade.
- j) Promover a construção de casas populares destinadas às famílias de baixa renda, mediante o fornecimento de terreno, materiais de construção, mãos de obra para projetos e execução, e outros encargos decorrentes, podendo para o caso, firmar convênios e empréstimos junto à órgãos da União, Estado, Município ou Instituições privadas e públicas, após aval do Legislativo, na forma das normas dos Programas "Meu Cantinho", "Morar Melhor" e outros criados para tais fins.
- k) Administrar, zelar, coordenar e manter os serviços públicos em geral.
- l) Fiscalizar e analisar Projetos de obras a serem iniciados em nosso Município quanto às normas estabelecidas no Código de Obras, Lei de parcelamento e uso do solo e Lei de Zoneamento Urbano, e do Plano Diretor vigente.
- m) Construção de abrigos para a população aguardar transporte rodoviário urbano, nas Vilas e Zona Rural, de preferência através de convênio com o comércio local.
- n) Incentivo aos proprietários de terrenos, mediante o fornecimento de materiais de construção, mão de obras para projetos e execução de calçadas, meio-fio e outros decorrentes, podendo para o caso, firmar convênios e empréstimos junto

Prefeitura Municipal de Maracaju – Rua Appa, 120 – Centro (0xx67) 454-1320


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICÍPIO DE MARACAJU

a órgãos da União, Estado e Municípios ou instituições privadas e públicas, após aprovação do Legislativo.

- o) Doação de terrenos a pessoas carentes do Município em áreas com infraestrutura (rede de água, energia elétrica, esgoto), e também doação de padrão, alicerce e três opções de planta do imóvel.
- p) Aquisição de área urbana para doação a Associações, Fundações e Organizações não Governamentais, legalmente constituídas, e que desenvolvam projetos em benefício da comunidade.
- q) Proceder a arborização e gramado no Cemitério Municipal.

IX INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

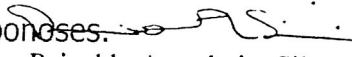
- a) Dar incentivo e apoiar a indústria local ou que venha a se instalar no Município, mediante doação ou venda subsidiada de terrenos e obras, fornecendo serviços e equipamentos, e destinando auxílios financeiros, inclusive financiamentos para suas implantações, após aval do Legislativo.
- b) Incentivar também o comércio local mediante o fornecimento de propagandas por quaisquer meios de comunicações, a fim de promover melhores vendas e melhorando a arrecadação de impostos devidos ao Município.
- c) Promover feiras industriais.
- d) Promover o turismo no Município.
- e) Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento oferecer orientação aos pequenos e grandes produtores de leite e carne, no sentido de formarem cooperativas e implantarem laticínios e frigorífico para atender a demanda da região.
- f) Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento oferecer orientação ao pequeno produtor de frangos no sentido de formarem cooperativas e instalarem aviários comunitários, aumentarem a produção e venderem direto às indústrias.
- g) Ofertar aos munícipes cursos profissionalizantes realizados através de convênio com SENAC, SENAI, SENAR etc.
- h) Divulgar os incentivos fiscais oferecidos pelo Município, e também as potencialidades de Maracaju.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- i) Dar incentivo ao comércio local para admitir os adolescentes, a partir de 16 (dezesesseis) anos, em seu primeiro emprego.
- j) Criação e implantação de Programa de Assistência para o desenvolvimento de micro empreendimentos através de concessão de crédito e financiamento, visando a geração de trabalho, emprego e renda.

X SAÚDE E SANEAMENTO

- a) Promover e agilizar a assistência médica, odontológica e sanitária da rede Municipal, composta do hospital, centros e postos de saúde a cargo da administração direta, indireta e Fundo Municipal de Saúde, ainda mediante a prestação de serviços de terceiros por Contratos e/ou Convênios de forma regular e/ou complementar, de acordo com os artigos 196 ao 200 da Constituição Federal, utilizando os recursos do SUS – Sistema Único de Saúde e próprios municipais, conforme as disponibilidades e necessidades financeiras.
- b) Atender as pessoas que procuram os serviços de assistência, fornecendo medicamentos, serviços médicos e hospitalares, encaminhamentos e manutenção do tratamento médico fora do Município e aparelhos pessoais para reabilitação física e mental.
- c) Construção e/ou ampliação de unidade de saúde, de preferência:
 - Ampliação e melhoramento do hospital Municipal.
 - Ampliação e melhoramento dos centros e postos de saúde.
 - Aquisição de veículos e equipamentos apropriados para o setor, inclusive para a Vigilância Sanitária.
 - Aquisição de equipamentos médico-hospitalares.
 - Construção e equipamentos da Maternidade.
 - Construção de banheiros sanitários, mesmo em propriedades particulares.
 - Construção e equipamentos do Laboratório de Análises.
 - Construção do C. C. Z. (Centro de Controle de Zoonoses).


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú


ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- d) Contribuir financeiramente e fisicamente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, transferindo recursos ou espécies que são devidos pela Prefeitura e oriundos de convênios.
- e) Obter recursos financeiros e físicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde ou mesmo para a administração direta, mediante convênio e/ou termos de cooperações financeiras firmados junto aos órgãos da União e Estados.
- f) Promover a assistência médica escolar.
- g) Atender as pessoas necessitadas de alimentação, melhorando o padrão alimentar.
- h) Promover o abastecimento de água tratada dentro do Município em convênio com órgãos da União ou Estado, ou de forma direta, mesmo através de perfuração de poços artesianos.
- i) Combater a erosão urbana através da realização de obras de asfalto, meio fio, drenagem e galeria de águas pluviais e canalização de córregos.
- j) Proteger o meio ambiente, evitando poluição e defesa contra as secas e inundações.
- k) Enfim dar manutenção a todos os encargos devidos pelo Município aos serviços de saúde e assistência social, inclusive efetuando o controle e erradicação das doenças transmissíveis e fiscalização e inspeção sanitária, de forma direta ou mediante convênios com o Fundo Municipal de Saúde, SUS (Sistema Único de Saúde), quando couber.
- l) Dar continuidade a operacionalidade do Departamento de Vigilância Sanitária Municipal e estruturação da Superintendência:
 - 1- Executar ações na área de fiscalização de alimentos (estabelecimentos comerciais).
 - 2- Realizar cursos de boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos.
 - 3- Executar 4 projetos, que são:
 - a) Controle de qualidade da água do Município.
 - b) Controle de qualidade das hortaliças do Município.
 - c) Controle de qualidade das areias de parques de ~~diversões e clubes do~~ Município.
 - d) Controle de qualidade dos lanches do Município

Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- 4- Negociar a implantação de plantões e dar início até o meio do ano, para fiscalizações em geral.
 - 5- Participar da exposição e festas tradicionais regionais, fazendo a fiscalização da mesma e executando plantões.
 - 6- Ministras palestras educativas enfocando cada área de atuação de vigilância sanitária, para escolas, associação de bairros, etc.
 - 7- Executar ações de fiscalizações na área de saneamento básico, saúde do trabalhador, medicamento e correlatos e zoonoses.
 - 8- Ver a possibilidade de aumentar a área do espaço físico da vigilância sanitária.
- m) Obter recursos financeiros junto aos órgãos da União e Estados e aplicar a contrapartida, para realização de obras e serviços de saneamento básico em nosso Município, abrangendo abastecimento de água, saneamento geral e sistemas de esgotos.
- n) Melhorar a Unidade móvel médico-odontológico visando um melhor atendimento à população rural e das cercanias urbanas.
- o) Destinar recursos financeiros ao Conselho Municipal de Saúde, propiciando a participação dos Conselheiros em congressos, reuniões, capacitações e outros de interesse local.
- p) Contribuir financeiramente e fisicamente com o Conselho Municipal da Mulher, transferindo recursos ou espécies que são devidos pela Prefeitura e oriundos de Convênios.
- q) Orientar a população sobre o uso de ervas medicinais através de panfletos e outros meios de divulgação.
- r) Implantar Unidade de Terapia Intensiva (UTI)
- s) Implantar Gabinetes Dentários nos Postos de Saúde.
- t) Criação e implantação de grupo de resgate na área de saúde, com veículo, equipamentos e equipe formada por voluntários treinados e profissionais da saúde.
- u) Realização de rede de esgoto no Bairro Inacinha Rocha.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracaju

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

XI TRABALHO

- a) Promover ao trabalhador/servidor público municipal o vale transporte em obediência a legislação vigente.
- b) Desenvolver ações visando a segurança do trabalhador através do estabelecimento e divulgação de medidas preventivas.
- c) Desenvolver ações quanto a orientação, coordenação e fiscalização das normas trabalhistas, visando a integração e preservação dos interesses mútuos, inclusive a valorização do serviço público municipal.
- d) Assistência ao adolescente através de cursos semi-profissionalizantes e criação de oficinas de trabalho enfatizando a formação moral e ética.
- e) Reforma e ampliação dos equipamentos da Sede Social do Projeto Mirim, e aquisição de um veículo - Convênio Brasil-Criança-Cidadã.
- f) Manutenção das atividades para formação profissional da criança e do adolescente.
- g) Implantação do Programa "Primeiro Emprego".

XII ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Manter e aprimorar os serviços e encargos junto à assistência social em geral:
 - Programa de orientação as famílias.
 - Programas sócio educativos para menores vitimadores e preventivo Antidrogas.
 - Programa de apoio as vítimas (crianças e adolescentes) em situações de riscos.
 - Manter e equipar as creches existentes no Município.
 - Assistência ao menor em consignação com os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e de Assistência Social.
 - Assistência ao idoso. (Projeto Conviver), apoio ao ~~Asilo e atendimento~~ domiciliar.

Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracaju


ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- Assistência comunitária em geral através da administração direta ou indireta e por intermédio de Instituições públicas, filantrópicas ou privadas de caráter social e beneficente (Casa da Sopa, Asilo, APAE, Casa da Criança, Albergue e de Abrigo, e Creches e outras decorrentes).
 - Assistência a mulher e a gestante através de programas educativos e preventivos.
 - Desenvolver projetos de enfrentamento da pobreza através de iniciativas que lhes garantam meios de elevação da qualidade de vida.
 - Priorizar as iniciativas grupais e comunitárias, estimulando o associativismo, como forma organizada de produção e geração de renda, com formação de núcleos de produção caseira nos bairros e Distrito de Vista Alegre.
 - Apoiar as Associações de Moradores com projetos e serviços visando a valorização do ser humano, melhoria na qualidade de vida através de atividades de geração de renda.
 - Aquisição de veículos utilitários destinados ao atendimento social.
 - Um veículo para Creches Municipais.
 - Um veículo para o Asilo.
 - Um veículo para o Projeto Restaurando.
 - Um veículo para a Casa da Criança.
 - Ampliação da Sede da Casa da Criança.
 - Ampliação do Centro Integrado de Educação Infantil Maria Dalphina Rezende de Castro
 - Aquisição de terreno, preferencialmente chácara, para a construção do Asilo Municipal.
 - Construção de 03 (três) Centros Integrados de Educação Infantil com capacidade para 150 (cento e cinquenta) crianças, cada.
- b) Realizar ou ampliar construções civis e/ou outros de múltiplo uso, destinada ao uso da comunidade em geral, melhorando o sistema e padrão mediante aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como mantê-las de forma regular,

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

destinando funcionários públicos para guarda e manutenção a fim de dar condições de lazer às pessoas freqüentadoras, inclusive a reforma e ampliação do prédio da secretaria.

- c) Executar os planos técnicos de trabalho social, referente aos trabalhos de drenagem, asfalto e outros.
- d) Contribuir financeiramente ou fisicamente para os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e de Assistência Social.
- e) Dar apoio aos Conselhos Municipais que atuam no setor de assistência e Previdência social.
- f) Construção de casas lares, em terrenos pertencentes do município, para abrigar, temporariamente, crianças e adolescentes em situação de risco, seja como vítimas ou vitimadores.
- g) Ampliação e equipamentos da Sede dos Conselhos, viabilizando uma sala para cada conselho municipal existente.
- h) Criação, implantação e continuação, a nível municipal, do Programa Agente e/ou Ação Jovem para atender adolescentes em situação de risco, visando a formação de jovens para a cidadania e disciplina, e implantar o programa do Primeiro Emprego..
- i) Criação, implantação e/ou continuação do Programa AABB – Comunidade Atendimento de 7 a 14 anos.
- j) Realizar convênios com as Associações de Moradores legalmente constituídas, para que estas realizem eventos esportivos, festivos e para manutenção da respectiva Associação.
- k) Implantar Programa de Alimentação, através de refeitório municipal com preço acessível a toda comunidade, especialmente a funcionários públicos e pessoas de baixa renda.
- l) Direcionar recursos financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, bem como provê-lo de funcionários, equipamentos, veículos, linha telefônica, etc, nos termos do Artigo 134 e Parágrafo único do ECA.
- m) Construção de local apropriado para implantação de programa de proteção e sócio educativo destinados a adolescentes usuários de drogas, para realização de um trabalho curativo.

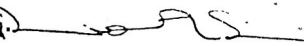

Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracaju

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- n) Reforma e aquisição de móveis para Casa Abrigo destinada as mulheres vítimas de violência doméstica.
- o) Atendimentos a famílias de baixa renda, com benefício eventuais, para o atendimento emergencial, como medicamentos, serviço de transporte para doentes crônicos renais e pessoas que necessitam consultar fora do domicílio, cesta alimentar, fisioterapia, mudança, etc.
- p) Atendimento as pessoas necessitadas, com alimentação, melhorando a qualidade de vida, mediante o fornecimento sistemático de cestas básicas.
- q) Assistência a crianças de 6 meses a 2 anos, com complemento de leite para crianças desnutridas ou em situação de risco.
- r) Programa Municipal de Habitação.
- s) Criação de um Departamento Municipal de Habitação dos Programas: Morar Melhor; Meu Cantinho; Casas Prontas, Loteamentos e outros .
- t) Atendimento nutricional a famílias de baixa renda, com alimentos preparados e outros, servidos em local próprio e adequado.
- u) Continuidade do Programa de aleitamento materno, com objetivo de desenvolver, proteger e suprir as carências das crianças de 0 a 2 anos de idade.

XIII PREVIDÊNCIA SOCIAL

- a) Contribuição para o PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP), na forma da Lei.
- b) Contribuição devida pelo Município, quando for o caso, para a previdência social da União ou privada, inclusive parcelar débitos existentes.
- c) Contribuição devida pela Prefeitura junto a Previdência própria, mantê-la de acordo com as suas necessidades operacionais e financeiras, inclusive administrativa, conforme determina a Lei Municipal, inclusive parcelar débitos e oferecer garantias.
- d) Atender aos encargos do pessoal inativo e pensionistas.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracaju

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- e) Prestar atendimento social e serviços médico-hospitalares/odontológicos aos servidores públicos municipais na forma que a Lei estabelecer, inclusive na forma de Empréstimos.
- f) Através da Prevmmar, estabelecer Centros de treinamentos dos Servidores e seus dependentes.
- g) Adquirir através da Prevmmar, equipamentos para os serviços administrativos, tais como: computadores, máquinas de escrever, calculadora, telefones e móveis em geral.

XIV TRANSPORTE

- a) Restaurar e conservar a malha rodoviária municipal.
- b) Executar a abertura, reabertura e cascalhamento de estradas vicinais bem como a construção e limpeza das caixas de retenção de água das mesmas.
- c) Construção, reconstrução e conservação de pontes, bueiros e aterros, carreadores e logradouros nas estradas vicinais ou outras vias de acesso rural dentro do Município.
- d) Manutenção e conservação dos veículos, máquinas e aparelhos e equipamentos rodoviários.
- e) Aquisição de equipamentos novos ou usados para execução de obras e serviços correlatos.
- f) Construção de Terminal Rodoviário, Inter-Municipal e conservação do já existente, visando um melhor e maior conforto aos usuários.
- g) Melhoramento do Aeroporto Municipal com pavimentação asfáltica nas pistas de pouso e decolagem.
- h) Proteção do tráfego rodoviário, sinalização, policiamento e manutenção de leito e fiscalização de veículos, mesmo através de Convênio com órgãos da União, Estado e do Município, na forma da Lei.
- i) Coordenar e fiscalizar o serviço de transporte urbano coletivo.
- j) Controle e segurança do transporte Rodoviário em geral.


Reinaldo Azambuja Silva
Prefeito Municipal de Maracajú


ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

- k) Ações quanto ao planejamento, construção, implantação e manutenção de áreas destinadas à circulação de veículos e pessoas, tais como: rotatórias, trevos e vias expressas e o anel viário, contornando a cidade de Maracaju.
- l) Construção de duas passarelas para pedestre ligando o Bairro Alto Maracaju com o Centro da cidade.
- m) Prolongamento da Av. João Pedro Fernandes até o mini anel que liga a Rodovia BR 267 a MS 162.
- n) Aquisição de um microônibus para o transporte coletivo do Distrito de Vista Alegre.

XV DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- a) Segurança Pública - Conjunto de ações desenvolvidas para a preservação e manutenção da ordem pública e a propriedade privada, de atuação específica dos policiamentos civil e militar, em forma de Convênios, Termos de Cooperações Técnicas e Financeiras ou diretamente pela Administração Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracaju-MS, aos 10 dias do mês de maio de 2003.


REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal